



A stylized handwritten signature in black ink.

A small handwritten mark or symbol, possibly a stylized letter 'y' or a checkmark.

MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA  
CÂMARA MUNICIPAL

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO FINANCEIRA E CONTRATAÇÃO PÚBLICA

**REUNIÃO N° 19/2020**

**ASSUNTO**

REUNIÃO ORDINÁRIA

DO DIA 24 DE SETEMBRO DE 2020



4

SUMÁRIO:

Fl.

01- Abertura .....	1
02- Antes da ordem do dia .....	2-10
03- Balancetes .....	11
04- Pagamentos .....	11
05- Decisões do Presidente .....	-
06- Obras públicas.....	-
07- Fornecimentos diversos .....	-
08- Obras particulares.....	12-13
09- Pessoal .....	-
10- Requerimentos diversos .....	-
11- Expediente diverso .....	-
12- Deliberações diversas .....	13-54
13- Outros assuntos .....	-
14- Encerramento .....	54



REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

DE

PONTE DA BARCA

ATA Nº 19/2020

*Data da Reunião:* Vinte e quatro de setembro de dois mil e vinte

*Local da Reunião:* Reunião realizada por videoconferência (Lei 28/2020, de 28 de julho)

*Presidiu:* AUGUSTO MANUEL DOS REIS MARINHO

*Presenças*

Presidente:

Augusto Manuel dos Reis Marinho

Vereadores:

Inocêncio Lobo Araújo

Maria José da Silva Gonçalves

Adolfo Dantas Ferreira

José Alfredo Pereira Bastos Oliveira

Fernanda Maria Marques da Costa

Pedro Miguel Ferreira de Sousa Lobo

*Início da Reunião:* Dez horas

*Encerramento:* Doze horas e vinte e cinco minutos

*Secretariou a reunião:* Marta Alexandra Rocha Pereira Gonçalves

*Ordem cronológica por que foram tratados os assuntos:*

*Prestou Colaboração Técnica:*

*OBS:*



## PONTO Nº. 2: ANTES DA ORDEM DO DIA

### I – INTERVENÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, AUGUSTO MANUEL DOS REIS MARINHO E DOS SENHORES VEREADORES

O senhor Presidente da Câmara dá início à sessão começando por saudar os presentes e apresentando um voto de pesar pelo falecimento do Bispo da Diocese de Viana do Castelo, D. Anacleto Oliveira, que passa a ler: “Foi com profunda consternação e pesar que recebemos a notícia do falecimento do Bispo da Diocese de Viana do Castelo, D. Anacleto Oliveira, na passada sexta feira dia 18 de setembro.

Neste momento de perda de um Homem Notável e Bom, decreto em sua memória e homenagem, Dia de Luto Municipal, o dia de hoje, terça-feira 22 de setembro de 2020.

Natural de Cortes, Leiria, D. Anacleto Oliveira nasceu a 17 de julho de 1949, tendo sido ordenado sacerdote em 1970 e nomeado bispo auxiliar de Lisboa em 2005. A ordenação episcopal de D. Anacleto Oliveira decorreu no Santuário de Fátima em 2005, tendo sido nomeado bispo de Viana do Castelo em 2010.

Atualmente presidia à Comissão Episcopal Liturgia e Espiritualidade e à Comissão de Tradução da Bíblia para português a partir dos textos originais na Conferência Episcopal Portuguesa.

Este ano, D. Anacleto Oliveira assinalou 10 anos de bispo de Viana do Castelo e 50 de ordenação sacerdotal.

Neste momento difícil, de imensa tristeza, a Câmara Municipal de Ponte da Barca solidariza-se e associa-se ao luto e à dor sentida pela família e amigos mais próximos.”

Prossegue a sua intervenção felicitando a senhora Vereadora Sílvia Torres pela tomada de posse para deputada na Assembleia da República, a quem deseja os maiores sucessos e referindo ser um orgulho ter uma filha da terra nestas funções.

Dá ainda nota do fim da iniciativa Barca Jovem 2020, este ano numa versão mais alargada, cumprindo todos os requisitos da DGS, e marcada pela preocupação de diversificar as atividades e levá-las a todo o território, resultando num programa muito interessante.

O senhor Presidente partilha também com a excelentíssima Câmara a inauguração que decorreu no átrio dos Paços do Concelho denominada “Costura com amor”, que resultava de uma campanha internacional.

Faz ainda alusão à eleição da Romaria de S. Bartolomeu como uma das 7 Maravilhas da Cultura Popular.



Em relação à pandemia de Covid 19, recorda também que, desde o dia 15 de setembro, estamos numa situação de contingência, resultante de uma atitude proativa e não reativa. Informa que, de acordo com os últimos dados do Delegado de Saúde, estão ativos no nosso concelho 25 casos. Aproveita para manifestar o seu regozijo pela recuperação do senhor Vereador Inocêncio Araújo e família que foram acometidos por este vírus, desejando a todos os outros rápidas melhoras.

Quanto ao ano letivo, refere que com o apoio do Agrupamento de Escolas, iniciou com toda a segurança, referindo ainda, que o município vai apoiar a escola com a colocação de tendas de forma a permitir o recreio das crianças, possibilitando desta forma, a realização de atividades ao ar livre.

O senhor Presidente informa ainda da cerimónia de entrega dos passaportes S. Bartolomeu, uma iniciativa da ACIAB/ Município e Associação Concelhia das Festas de S. Bartolomeu, deixando uma palavra de apreço a todos os que ajudaram a materializar esta iniciativa.

Refere-se também ao fim de semana Gastronómico da Costa Barroca, elencando os restaurantes aderentes, assim como, dá conta da realização, na passada sexta-feira, de uma reunião entre Municípios do Minho com Espanha no sentido de implementar o “Caminho Minhoto Ribeiro”, havendo uma grande expectativa pois já está efetivado no lado de Espanha e cujo objetivo final será a sua classificação como caminho de Santiago.

Termina a sua intervenção expondo a situação do festival “Jazz Wine Fest”, que tem financiamento assegurado, mas, para garantir todas as orientações emanadas pela DGS, é necessária uma restrição no espaço e no consumo das bebidas, solicitando a opinião dos senhores vereadores acerca da realização, ou não, deste evento.

Inicia a sua intervenção o senhor Vereador Inocêncio Araújo que após saudar os presentes começa por dar conta do seu caso particular em relação à pandemia, agradecendo a todos as mensagens de apoio que recebeu.

Destaca a importância do apoio quando se está numa situação destas e confirma que a estigmatização existe, assim como percebe o direito à reserva e privacidade, considerando ser uma situação que necessita de muita solidariedade e compreensão.

Destaca ainda a importância do cumprimento das regras da DGS.

O senhor Vereador continua a sua intervenção saudando e felicitando a senhora Vereadora Sílvia Torres que agora abraçou um novo projeto e, como barquense, está satisfeito com esta situação, pois ganha Ponte da Barca e ganha o Alto Minho.



Termina a sua intervenção associando-se ao voto de pesar pelo falecimento de D. Anacleto Oliveira que, certamente, foi uma grande perda para a comunidade.

Toma a palavra o senhor Vereador Pedro Sousa Lobo que começa por saudar todos os intervenientes e expressa a sua solidariedade para com o senhor Vereador Inocêncio Araújo e família, concordando com a ideia que temos que ser mais próximos no sentido de conter estas situações.

Felicita ainda a senhora Vereadora Sílvia Torres, pois considera ser importante ter alguém de Ponte da Barca na Assembleia da República e fica feliz e esperançoso que isso possa auxiliar no desenvolvimento do concelho.

Prossegue subscrevendo o voto de pesar pelo falecimento de D. Anacleto Oliveira, cuja perda nos afetou a todos e formula um outro voto de pesar pelo falecimento do senhor “José do Parisiense”, que foi o primeiro Presidente da Junta de Freguesia de Ponte da Barca após o 25 de abril, solicitando que o mesmo seja remetido à família enlutada.

Coloca também algumas questões relacionadas com o ponto de situação da Adega Cooperativa; Zona Empresarial do Rodo I e II e Lavradas; a razão da Loja de Turismo estar encerrada no dia 4 de setembro; o atraso na empreitada Av. Fernão de Magalhães, e se foram aplicadas multas contratuais; o Domingo Gastronómico, acerca do qual informa que os restaurantes aderentes só tiveram conhecimento no próprio dia 18.

Aproveita ainda para saber se já foi tomada alguma posição quanto aos contentores da Rua Condes Folgosa que estão sem tampa.

Termina a sua intervenção fazendo alusão ao comunicado que o Município fez e que ainda não foi corrigido relacionado com a abertura dos estabelecimentos comerciais, assim como questiona qual a proposta para o Jazz Wine Fest.

Inicia a sua intervenção o senhor Vereador Adolfo Ferreira que após saudar os presentes deseja total recuperação ao senhor Vereador Inocêncio Araújo e família e a todos os Barquenses que estão afetados pela pandemia de Covid 19.

Associa-se ao voto de pesar apresentado pelo falecimento de D. Anacleto Oliveira, a quem o distrito deve bastante.

Manifesta também a sua alegria e satisfação pela tomada de posse da senhora Vereadora Sílvia Torres como deputada na Assembleia da República.

Continua a sua intervenção colocando algumas questões ao senhor Presidente da Câmara relacionadas com a via rápida Braga/ Monção; os protocolos com a ADPB e Barca Basket Clube que em tanto contribuem para o bom nome de Ponte da Barca.

Questiona também em relação ao pessoal auxiliar das escolas e se tudo vai decorrer como em outros tempos e, por fim, refere um problema existente no estacionamento da Rua do Emigrante, junto ao Notário.

Termina, subscrevendo todas as outras questões colocadas pelo senhor Vereador Pedro Sousa Lobo acrescentando uma outra relacionada com o ponto de situação da Igreja de Lavradas.

Toma a palavra a senhora Vereadora Maria José Gonçalves que saúda todos os participantes e lamenta a situação de se ter dirigido ao edifício dos Paços do Concelho para uma reunião presencial quando a mesma era por videoconferência.

Fica feliz por saber que o senhor Vereador Inocêncio Araújo está a acompanhar-nos e considera muito pertinente as considerações que ele partilhou. Trata-se de uma doença que causa muita estigmatização e discriminação e ninguém está ileso desta situação ocorrer. Aproveita para manifestar solidariedade a todos aqueles que padecem da doença.

Segue a sua intervenção desejando à senhora Vereadora Sílvia Torres um mandato auspicioso com dedicação e empenho.

Associa-se aos votos de pesar apresentados e refere que os números de votos de pesar apresentados demonstram o aumento da mortalidade em Ponte da Barca e no País. Propõe ainda um outro voto de pesar pelo falecimento da Sra. Leonor Machado.

Congratula-se pela eleição da Romaria de S. Bartolomeu ter sido considerada como uma das 7 Maravilhas da Cultura Popular.

A senhora Vereadora propõe que a Câmara Municipal disponibilize termómetros de infravermelhos para o Agrupamento de Escolas para evitar a utilização de termómetros de contacto.

Relativamente ao sucedido nos estúdios da Barca FM, em resultado do mau tempo, a senhora Vereadora questiona porque ainda não foi feita a deslocalização das instalações.

Solicita ainda esclarecimentos relacionados com a documentação que lhe foi entregue em mão, no final da reunião de 3 de setembro, relacionada com a edificação da Sede da Junta de Freguesia de Boivães, pois, o que lhe foi entregue, foi o protocolo e o pedido de apoio da Junta, considerado estar perante deliberada má fé para não



ser informada da questão de quem era o terreno, pelo que solicita novamente a informação correta.

Refere-se também a três ajustes diretos de mais de 60.000 euros a uma mesma pessoa, que assinou contrato em agosto e iniciou funções em setembro, afirmando estar a falar da irmã de um ex vereador que renunciou ao mandato, referindo estarmos perante um caso de nepotismo.

Recorda ainda uma série de questões que colocou na última reunião, tais como, o que fazia um conjunto de cavalos e cavaleiros na praia fluvial, a coordenação de uma Escola Tradicional de S. Bartolomeu que se falou nas redes sociais e o parecer da DRCN em relação à Igreja de Lavradas, questões estas que não obtiveram resposta.

Termina a sua intervenção solicitando, novamente, o processo completo do Loteamento das Raposeiras; o processo do curso de Fiscal Municipal e o valor da prestação de serviços de desenhador.

Toma a palavra a senhora Vereadora Fernanda Marques que após saudar os participantes, subscreve os votos de pesar apresentados.

Regozija-se pela vitória da Romaria de S. Bartolomeu no concurso das 7 Maravilhas da Cultura Popular e felicita a senhora Vereadora Sílvia Torres pelo novo desafio pessoal que está a abraçar, afirmando que Ponte da Barca está bem representada no governo central.

Relativamente ao início do ano escolar, informa que decorreu dentro do expectável num ano atípico como este, e manifesta a sua concordância com a proposta da senhora Vereadora Maria José Gonçalves, no que respeita ao fornecimento de termómetros de infravermelhos às escolas.

Por outro lado, informa que relativamente à informação acerca do terreno da Junta de Freguesia de Boivães não há nenhuma manobra dilatória, trata-se, somente, da informação que existe nos serviços, pelo que a senhora Vereadora deverá questionar a Junta de Freguesia.

Conclui a sua intervenção informando que, em relação a este ano letivo e ao número de tarefas, todas as solicitações do Agrupamento foram atendidas, e que as AAAs e as CAFs irão iniciar no dia um de outubro, com a disponibilização de mais uma ferramenta às técnicas, relacionada com uma parceira estabelecida com uma Associação de Braga, para a utilização de jogos de tabuleiro e não só, com a finalidade de desenvolver competências de lógica e habilidade nas crianças.

Inicia a sua intervenção o senhor Vereador José Alfredo Oliveira que subscreve os votos de pesar apresentados e felicita, igualmente, a senhora Vereadora Sílvia Torres pelas novas funções a que foi chamada, entendendo que terá grandes desafios pela frente, afirmando a sua expectativa na discussão do orçamento de Estado para 2021,





nomeadamente em matéria de FEE.

Relativamente ao Barca Jovem informa que se tratou de uma iniciativa que durou o mês inteiro e que palmilhou o concelho por inteiro, permitindo aos nossos jovens conhecerem as freguesias, contou com cerca de 140 participantes e todas as iniciativas deram cumprimento às orientações da DGS. Aproveita, a este propósito, para felicitar os membros do Conselho Municipal da Juventude, de entre eles as associações concelhias e as duas barquenses talentosas que expuserem no Mercado Pombalino a sua arte.

O senhor Vereador manifesta, ainda, o seu contentamento pela eleição da Romaria de S. Bartolomeu como uma das 7 Maravilhas da Cultura Popular.

Em relação aos ajustes diretos referidos pela senhora Vereadora Maria José Gonçalves, o senhor Vereador José Alfredo Oliveira recorda que a psicóloga, por ser irmã de um colega ex Vereador, não pode ser prejudicada nem beneficiada. O trabalho que desenvolve é meritório e a renovação do ajuste direto resultou de um pedido do Agrupamento de Escolas, lembrando também que a profissional também presta apoio à CPCJ de Ponte da Barca independentemente das horas e dias, e trata-se de mérito de quem trabalha. Mais informa que o nome da profissional foi indicado pela Direção do Agrupamento de Escolas de Ponte da Barca.

Intervém o senhor Presidente da Câmara dando resposta às questões colocadas.

Começa por se referir à questão da Adega Cooperativa e zonas empresariais, informando que no decurso do processo de expropriação foi necessário notificar, novamente, todos os proprietários e infelizmente nem todos os avisos de receção chegaram. Informa que, logo que cheguem, tem que se proceder à publicação em dois jornais e depois enviar novamente para a DGAL.

Em relação à Igreja de Lavradas informa que recebemos no dia 3 de setembro comunicação do parecer favorável condicionado da DRCN, e que neste momento os Serviços estão a analisar o processo. Recorda que se trata de um processo técnico que, cumprindo a legislação, é deferido, não cumprindo, será indeferido.

Quanto à loja de Turismo sabe que esteve encerrada para manutenção, contudo desconhece que tipo de manutenção foi feita e, independentemente das técnicas estarem ou não de férias, temos mais técnicos habilitados para assegurar o funcionamento.

No que concerne ao Fim de Semana Gastronómico afirma que foi publicitado na comunicação social contudo, vai averiguar o que se passou.

Relativamente aos ecopontos, o senhor Presidente informa que há um procedimento a decorrer, assim como

esclarece que, no tocante à via rápida Braga – Monção, está a ser feito um esforço junto do governo para que este projeto se concretize.

Com respeito aos apoios à ADPB e Barca Basket Clube, informa que este ano se celebraram protocolos visando assegurar financiamento mínimos e que, em função da evolução da pandemia, ajustar-se-á o plano de atividades. Informa ainda o senhor Presidente que está a ser feito um trabalho de análise, sempre muito próximo das direções.

Com referência à proposta de aquisição de termómetros de infravermelhos para as escolas, o senhor Presidente agradece o feedback e informa que foram entregues pela Autarquia ao Agrupamento dois termómetros para cada um dos Centros Escolares.

Por fim, o senhor Presidente esclarece que o protocolo com a Rádio Barca está assinado mas a deslocalização é a direção que tem que resolver, assim como esclarece que os cavalos que percorreram as margens do rio estão relacionados com a necessidade de tirar algumas fotos para uma exposição que a Câmara Municipal irá realizar relacionada com garranos.

Interrompe a senhora Vereadora Maria José Gonçalves questionando se o senhor Presidente subscreve a resposta dada pelo senhor Vereador José Alfredo Oliveira no que concerne aos ajustes diretos para contratação de uma psicóloga, ao que o senhor Presidente responde sim.

## II – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE ASSUNTOS NÃO INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA:

### 12.8.- CONTRATO INTERADMINISTRATIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA E A FREGUESIA DE VADE (S. TOMÉ)

- Proposta-
- Aprovação de Minuta-

### 12.9.- CONTRATO INTERADMINISTRATIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA E A FREGUESIA DE BRITELO

- Proposta-
- Aprovação de Minuta-



12.10.- CONTRATO INTERADMINISTRATIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA E A FREGUESIA DE LINDOSO

- Proposta-

- Aprovação de Minuta-

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a introdução dos pontos.-----

- APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 03 DE SETEMBRO DE 2020: - A Câmara Municipal, em cumprimento do disposto no número 2, do artigo 92º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, redação que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro e Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e sem prejuízo da sua prévia aprovação sob a forma de minuta, para os efeitos do disposto no nº 4, do citado artigo, deliberou, por maioria, com abstenção dos vereadores Pedro Sousa Lobo e Adolfo Ferreira, por não terem estado presentes, e voto contra da Vereadora do PSD, Maria José Gonçalves, aprovar a ata da reunião, realizada no dia três de setembro corrente, pelo que irá ser assinada pelo Presidente da Câmara e Secretária da respetiva reunião.-----

Pela senhora Vereadora do PSD, foi ditada para a ata a seguinte Declaração de voto: "Não voto favoravelmente a ata em apreço, porque das várias questões por mim apresentadas não há uma única resposta por parte do senhor Presidente da Câmara.

Relativamente à primeira questão, o que faziam e quem autorizou que uma empresa promotora de eventos, com vários cavalos, se banhassem na praia fluvial de Ponte da Barca, o senhor presidente disse nada saber.

Segunda questão, construção de apartamentos junto à Escola Secundária de Ponte da Barca, em que o edifício está colado ao passeio e as árvores entram construção dentro, algumas árvores já foram mutiladas - as árvores já lá estavam quando a obra se iniciou e no preciso momento entram pelas janelas dentro, ninguém fiscalizou? E quem analisou o processo não se apercebeu? O senhor Presidente da Câmara disse: "não sei" e chamou o senhor Arq. Ivo Costa para dar algumas explicações, justificando a aprovação do loteamento nos termos e com as consequências que se apresentam. Ficou de apresentar o projeto de loteamento à senhora Vereadora Maria José Gonçalves.

Terceira questão, Escola de Artes e Ofícios -Gaitas de Foles de Bravães, à pergunta "quem vai dar continuidade ao projeto?", respondeu: "estamos a avaliar".



Em que consiste a Escola de Música Tradicional de S. Bartolomeu, publicitada nas redes sociais e com um coordenador já identificado? O senhor presidente diz nada saber.

Relativamente ao pronunciamento sobre a reconstrução da Igreja de Lavradas o senhor presidente solicitou a presença do senhor Arq. Ivo Costa que informou que a comissão fabriqueira apresentou um novo projeto; que foi solicitado um novo parecer à DRCN, que se aguarda, e que devido à doença do senhor engenheiro Agostinho, todo o processo se atrasou.

Relativamente ao pronunciamento que tem por base a solicitação de uma munição e que a Dra. Maria José Gonçalves chamou caso paradigmático, o senhor presidente remeteu a resposta para o senhor Arq. Ivo Costa que não foi capaz de apresentar dados objetivos que justifiquem as situações.

Face à ausência destes elementos no corpo da ata, não voto favoravelmente a sua aprovação.”

O senhor Presidente da Câmara ditou para a ata a Declaração de Voto que se transcreve: “Todas as questões que foram colocadas pelos senhores vereadores foram respondidas com rigor e verdade, mesmo que num ou outro ponto ter sido dito que tinha que ser visto ou questionado os serviços para dar uma resposta verdadeira. Aqui não se dão palpites, apresentam-se factos e realidades. De referir também que, não sabendo o que passou nesta ata, confio plenamente nos serviços, e devido aos muitos afazeres que tenho, não faço alterações a documento técnico. As questões voltaram a ser colocadas nesta reunião e relativamente aos cavalos questionei os serviços e apresente a resposta com rigor. Quanto à questão apartamentos respondeu o senhor vereador do pelouro e depois com mais detalhe técnico chamei o senhor chefe de divisão para prestar os esclarecimentos técnicos. Relativamente à Escola de Música de São Bartolomeu, refiro aqui o que referi no período antes da ordem do dia, não sei que escola é esta e da parte da câmara não tenho conhecimento que se esteja a desenvolver qualquer colaboração com uma escola desta e muito menos o nome do coordenador. Quanto á reconstrução da Igreja de Lavradas, sei que a senhora vereadora pelos argumentos que apresenta concorda com a reconstrução, e reafirmo o que disse no período antes da ordem do dia, este processo é igual a todos os outros, se cumprir a legislação em vigor é emitida a licença e se não cumprir é chumbado.”



PONTO Nº: 3- BALANCETES

3.1.- RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do Balancete de Tesouraria, relativo ao dia 23/09/2020, que apresentava o seguinte saldo:

Dotações Orçamentais.....550.739,74 €

Dotações Não Orçamentais.....220.287,05 €

PONTO Nº: 4- PAGAMENTOS

4.1.- PAGAMENTOS

----- Presente, para conhecimento, a relação das ordens de pagamento, numeradas intercaladamente de 1421 a 2278, inclusive, no valor de 555.227,05 €.

4.2.- DESPESA

----- Durante o período compreendido entre o dia 01/09/2020 e o dia 21/09/2020, inclusive, o Diário de Despesa teve a seguinte movimentação:

Cabimentado.....421.785,64 €

Compromissado.....638.957,47 €

Pago.....608.172,79 €

Operações não Orçamentais.....89,84 €

## PONTO Nº: 8- OBRAS PARTICULARES

### 8.1.1. - PROJETO ARQUITETURA

Cerca da Milhera, Lda, a requerer aprovação do projeto de arquitetura da construção de empreendimento de turismo em espaço rural (TER) na modalidade de agroturismo e piscina, sito no Lugar de Eiró- freguesia de Vade S. Tomé- Processo LE-EDI 21/2019- Deferido por despacho do Sr. Vereador de 04/09/2020.

Rui Alexandre Gomes Alves, a requerer aprovação do projeto de arquitetura de alterações da construção de moradia unifamiliar na tipologia T2, sito no lugar do Ermeiro - freguesia de Bravães- Processo LE-EDI 73/2017 - Deferido por despacho do Sr. Vereador de 04/08/2020.

Joaquim Gomes Marques, a requerer aprovação do projeto de arquitetura da construção de moradia unifamiliar na tipologia T3, sito no lugar do Rodo- freguesia de Vila Nova de Muía - Processo LE-EDI 1/2020 - Deferido por despacho do Sr. Vereador de 17/08/2020.

Abel Gonçalves Gomes, a requerer aprovação do projeto de arquitetura da construção de moradia unifamiliar na tipologia T2, sito no lugar de São Gregório - freguesia de Lavradas - Processo LE-EDI 71/2020 - Deferido por despacho do Sr. Vereador de 09/09/2020.

Sónia Fernandes da Silva Pereira, a requerer aprovação do projeto de arquitetura da construção de moradia unifamiliar na tipologia T1, sito na Rua do Barreiro- freguesia de Oleiros- Processo LE-EDI 28/2020 - Deferido por despacho do Sr. Vereador de 09/09/2020.

### 8.1.2. - PROJETOS DE ESPECIALIDADES

Indigo Horizon- Lda, a requerer aprovação dos projetos de especialidades da reconstrução de edifício destinado a "implementação de cultivo da planta canábica para efeitos medicinais", no lugar de Graduim, freguesia de Touvedo

Salvador- Processo LE-EDI 3/2020- Deferido por despacho do Sr. Vereador de 03/09/2020.

Sylvie Costa de Sousa, a requerer aprovação dos projetos de especialidades da reconstrução de moradia unifamiliar T3 e anexo, no lugar do Côto, freguesia de Vade São Tomé- Processo LE-EDI 352020- Deferido por despacho do Sr. Vereador de 09/09/2020.

#### PONTO Nº: 12- DELIBERAÇÕES DIVERSAS

##### 12.1.- PROTOCOLOS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA, O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE PONTE DA BARCA E O CENTRO SOCIAL DE ENTRE AMBOS-OS-RIOS

- Refeições Escolares – Ano letivo 2020-2021-
- Propostas-
- Aprovação de minutas-
- Ratificação de Despacho

- Presente informação interna, registada sob o nº 4101, em 07/09/2020, que se transcreve: “Seguem em anexo propostas e respetivas minutas de protocolos a celebrar com o Agrupamento de Escolas de Ponte da Barca e o Centro Social de Entre Ambos-os-Rios, no âmbito das refeições escolares. Devem os mesmos ser aprovados pelo Senhor Presidente da Câmara e posterior envio à próxima reunião do executivo para ratificação, nos termos do nº 3, do artigo 35º, da Lei 75/2013, na sua atual redação.”-----

- Face ao informado, o senhor Presidente da Câmara emitiu, em 10/09/2020, o seguinte Despacho: “Atendendo ao início do ano letivo dia 17 de setembro e a próxima reunião de Câmara será dia 24 de setembro, defiro. À próxima reunião de Câmara para ratificação.”-----

#### Proposta

Considerando que:

O Município de Ponte da Barca tem como objeto, além do mais, a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações;

O n.º 2, do art.º 23, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, determina que os municípios dispõem de



atribuições, designadamente, nos domínios da Educação, Ensino e Formação Profissional;

Num contexto de escassez de recursos, importa rentabilizar os meios disponíveis, num quadro de corresponsabilização, cooperação, solidariedade, mas sobretudo tendo em atenção a necessidade de encontrar respostas eficazes para os problemas e dificuldades com que todos os dias as autarquias locais são confrontadas;

Assim, ao longo dos últimos anos o Município de Ponte da Barca tem celebrado parcerias com entidades capazes de fornecer refeições às crianças do ensino Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico.

Nestes termos proponho a celebração de um protocolo, à luz do plasmado na alínea hh), do n.º 1, do art.º 33, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com o Agrupamento de Escolas de Ponte da Barca, por forma a garantir o fornecimento de refeições durante o ano letivo 2020-2021, cuja minuta segue em anexo à presente proposta.

Câmara Municipal de Ponte da Barca, 07 de setembro de 2020.

O Presidente da Câmara Municipal,

Augusto Manuel dos Reis Marinho

#### Minuta

### PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA E O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE PONTE DA BARCA – FORNECIMENTO REFEIÇÕES ESCOLARES- 2020-2021

#### Preâmbulo

Considerando que:

O “Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º ciclo do Ensino Básico”, o qual foi aprovado por Despacho n.º 18987/2009, publicado no Diário da República n.º 158 - II Série, de 17 de Outubro de 2009, visa garantir uma refeição equilibrada a todas as crianças que frequentam o 1º ciclo.;

Pelo mesmo Despacho foi igualmente aprovado o regulamento que define o regime de acesso ao apoio financeiro, a conceder pelo Ministério da Educação, no âmbito do programa de generalização do fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1º ciclo do Ensino Básico;

O Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho, que estabelece o quadro de transferências de atribuições e competências para os municípios, nomeadamente, o Contrato n.º 256/2009, celebrado entre a Senhora Ministra da Educação e o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ponte da Barca;



Num contexto de escassez de recursos, importa rentabilizar os meios disponíveis, num quadro de corresponsabilização, cooperação, solidariedade, mas sobretudo tendo em atenção a necessidade de encontrar respostas eficazes para os problemas e dificuldades com eu todos os dias as autarquias locais são confrontadas; A promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria dos serviços prestados às populações e a otimização e racionalização dos recursos disponíveis no concelho são parte integrante da missão da autarquia;

Sem prescindir,

O Agrupamento de Escolas de Ponte da Barca, é uma entidade, sem fins lucrativos, com larga experiência no fornecimento de refeições;

Esta parceria perdura há alguns anos, apresentando no final de cada ano letivo o pleno cumprimento dos protocolos celebrados com o Município;

Pelo exposto e atento o nº 2, do artigo 23º, do anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, onde estão consagrados os domínios das atribuições dos municípios, designadamente em matéria de Educação, e nos termos da alínea hh), do nº 1, do artigo 33º, do anexo à Lei supra citada, a Câmara Municipal de Ponte da Barca e o Agrupamento de Escolas de Ponte da Barca outorgam o presente protocolo.

Assim entre:

O Município de Ponte da Barca, com o número de identificação de pessoa coletiva 505 676 770, representada pelo seu presidente Augusto Manuel dos Reis Marinho e o Agrupamento de Escolas de Ponte da Barca, com o número de identificação de pessoa coletiva 600 075 745, representada pelo Diretor do Agrupamento Carlos Alberto Martins de Sousa Louro.

#### Cláusula 1.ª

##### Objeto do Protocolo

O presente protocolo tem por objeto o estabelecimento dos termos e condições em que as duas partes se comprometem a garantir o fornecimento de refeições escolares aos alunos da Escola Básica Diogo Bernardes de Ponte da Barca (Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico) e a Escola Básica de Crasto (Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico).

## Cláusula 2.ª

### Obrigações da Entidade Parceira

A entidade parceira obriga-se a:

1. Fornecer diariamente e durante todo o ano letivo 2020-2021, refeições a 350 alunos, confeccionadas na cantina da Escola Básica Diogo Bernardes, do Centro Escolar de Ponte da Barca, e refeições a 100 alunos, confeccionadas na cantina do Escola Básica de Crasto;
2. Servir as refeições no horário compreendido entre 12h e as 13h30m;
3. Adquirir os alimentos necessários para a preparação e confeção das refeições;
4. Preparar e confeccionar os alimentos com um adequado controlo higieno-sanitário;
5. Efetuar rigoroso controlo de produtos alimentares na origem;
6. Proceder à elaboração dos planos de ementas diversificadas e com rigoroso controlo nutricional;
7. Contratar o seguro de responsabilidade civil sobre acidentes alimentares (intoxicações).
8. Efetuar o controlo bacteriológico das refeições, através de análises aos pratos confeccionados.
9. Informar mensalmente o Município sobre o número total de refeições servidas.

## Cláusula 3.ª

### Obrigações do Município

O Município de Ponte da Barca obriga-se a:

1. Exercer um controlo direto da gestão do fornecimento das refeições;
2. Acompanhar localmente o funcionamento do serviço de fornecimento das refeições escolares;
3. Fiscalizar o cumprimento das normas do presente protocolo.

## Cláusula 4.ª

### Financiamento

1. O Agrupamento de Escolas de Ponte da Barca compromete-se a fornecer as refeições pelo valor unitário de 1,68€ (um euro e sessenta e oito cêntimos).
2. O Município de Ponte da Barca transferirá, mensalmente, mediante envio de mapas por parte da entidade parceira, o valor correspondente ao diferencial do custo da refeição e da comparticipação dos alunos de acordo com o escalão de subsídio atribuído em termos de ação Social Escolar. Assim:

Escalão 1----- 1,68€/refeição

Escalão 2----- 0,95€/refeição

Escalão 3----- 0,22€/refeição

3. O valor correspondente à comparticipação dos alunos será entregue, mensalmente, na sede do Agrupamento de Escolas de Ponte da Barca por um elemento, a designar pelo segundo outorgante, de cada uma das escolas referidas na cláusula 1ª.

#### Cláusula 5.ª

##### Incumprimento e rescisão do protocolo

A falta de cumprimento do presente protocolo constitui justa causa de rescisão para qualquer uma das partes.

#### Cláusula 6.ª

##### Revisão do Protocolo

Qualquer alteração ou adaptação ao presente protocolo carece de prévio acordo de ambas as partes, a prestar por escrito.

#### Cláusula 7.ª

##### Produção de Efeitos

O presente protocolo produz efeitos a partir do início do ano letivo até ao último dia do ano letivo 2020-2021.

Ponte da Barca, \_\_\_\_ de agosto de 2020

O Presidente da Câmara Municipal,

Augusto Manuel dos Reis Marinho

O Diretor do Agrupamento de Escolas

Carlos Alberto Martins de Sousa Louro”

#### PROPOSTA

Considerando que:

O Município de Ponte da Barca tem como objeto, além do mais, a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações;

O n.º 2, do art.º 23, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, determina que os municípios dispõem de atribuições, designadamente, nos domínios da Educação, Ensino e Formação Profissional;

Num contexto de escassez de recursos, importa rentabilizar os meios disponíveis, num quadro de corresponsabilização, cooperação, solidariedade, mas sobretudo tendo em atenção a necessidade de encontrar



respostas eficazes para os problemas e dificuldades com que todos os dias as autarquias locais são confrontadas;

Assim, ao longo dos últimos anos o Município de Ponte da Barca tem celebrado parcerias com entidades capazes de fornecer refeições às crianças do ensino Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico.

Nestes termos proponho a celebração de um protocolo, à luz do plasmado na alínea hh), do n.º 1, do art.º 33, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com o Agrupamento de Escolas de Ponte da Barca, por forma a garantir a formalização de uma parceria para o fornecimento de refeições durante o ano letivo 2020-2021, cuja minuta segue em anexo à presente proposta.

Câmara Municipal de Ponte da Barca, 07 de setembro de 2020

O Presidente da Câmara Municipal,

Augusto Manuel dos Reis Marinho

## PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ALUNOS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO

### Minuta

### PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA E O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE PONTE DA BARCA-2020-2021

### Preâmbulo

Considerando que:

O “Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º ciclo do Ensino Básico”, o qual foi aprovado por Despacho n.º 18987/2009, publicado no Diário da República n.º 158 - II Série, de 17 de Outubro de 2009, visa garantir uma refeição equilibrada a todas as crianças que frequentam o 1º ciclo.;

Pelo mesmo Despacho foi igualmente aprovado o regulamento que define o regime de acesso ao apoio financeiro, a conceder pelo Ministério da Educação, no âmbito do programa de generalização do fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1º ciclo do Ensino Básico;

O Decreto-Lei nº 144/2008, de 28 de Julho, que estabelece o quadro de transferências de atribuições e competências para os municípios, nomeadamente, o Contrato nº 256/2009, celebrado entre a Senhora Ministra da Educação e o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ponte da Barca;



Num contexto de escassez de recursos, importa rentabilizar os meios disponíveis, num quadro de corresponsabilização, cooperação, solidariedade, mas sobretudo tendo em atenção a necessidade de encontrar respostas eficazes para os problemas e dificuldades com os quais todas as autarquias locais são confrontadas; A promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria dos serviços prestados às populações e a otimização e racionalização dos recursos disponíveis no concelho são parte integrante da missão da autarquia;

Sem prescindir,

O Agrupamento de Escolas de Ponte da Barca, é uma entidade, sem fins lucrativos, com larga experiência no fornecimento de refeições;

Esta parceria perdura há alguns anos, apresentando no final de cada ano letivo o pleno cumprimento dos protocolos celebrados com o Município;

Pelo exposto e atento o nº 2, do artigo 23º, do anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, onde estão consagrados os domínios das atribuições dos municípios, designadamente em matéria de Educação, e nos termos da alínea hh), do nº 1, do artigo 33º, do anexo à Lei supra citada, a Câmara Municipal de Ponte da Barca e o Agrupamento de Escolas de Ponte da Barca outorgam o presente protocolo, que se rege pelo disposto no Regulamento de acesso ao financiamento do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, e ainda pelas cláusulas seguintes:

Assim entre:

O Município de Ponte da Barca, com o número de identificação de pessoa coletiva 505 676 770, representada pelo seu Presidente Augusto Manuel dos Reis Marinho e o Agrupamento de Escolas de Ponte da Barca de Ponte da Barca, com o número de identificação de pessoa coletiva 600 075 745, representada pelo Diretor do Agrupamento de Escolas de Ponte da Barca, Carlos Alberto Martins de Sousa Louro.

É celebrado o presente protocolo que se rege pelo disposto no Regulamento de acesso ao financiamento do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, e ainda pelas cláusulas seguintes:

#### Cláusula 1.ª

##### Objeto do Protocolo

O presente protocolo tem por objeto o estabelecimento dos termos e condições em que as duas partes se

comprometem a garantir o fornecimento de refeições escolares aos alunos da Escola Básica Diogo Bernardes - Ponte da Barca e a Escola Básica de Crasto.

#### Cláusula 2.ª

##### Obrigações da Entidade Parceira

A entidade parceira obriga-se a:

1. Fornecer diariamente e durante todo o ano letivo 2020-2021, refeições a 240 alunos, confeccionadas na cantina da Escola Básica Diogo Bernardes, do Centro Escolar de Ponte da Barca e refeições a 68 alunos, confeccionadas na cantina da Escola Básica de Crasto;
2. Servir as refeições no horário compreendido entre 12h e as 13h30m;
3. Utilizar os equipamentos e meios adequados para a confeção e transporte das refeições;
4. Cumprir requisitos de qualidade das refeições a fornecer;
5. Informar mensalmente o Município sobre o número total de refeições servidas.

#### Cláusula 3.ª

##### Obrigações do Município

O Município de Ponte da Barca obriga-se a:

1. Exercer um controlo direto da gestão do fornecimento das refeições;
2. Acompanhar localmente o funcionamento do serviço de fornecimento das refeições escolares;
3. Fiscalizar o cumprimento das normas do presente protocolo.

#### Cláusula 4.ª

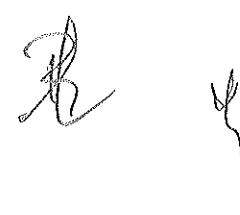
##### Financiamento

1. O Agrupamento de Escolas de Ponte da Barca compromete-se a cobrar 1,68€ por cada refeição servida.
2. O Município de Ponte da Barca compromete-se a efetuar o pagamento das refeições ao segundo outorgante, através de transferência de verbas mediante envio de mapas mensais contendo o número de refeições servidas.

#### Cláusula 5.ª

##### Incumprimento e rescisão do protocolo

A falta de cumprimento do presente protocolo constitui justa causa de rescisão para qualquer uma das partes.



#### Cláusula 6.ª

##### Revisão do Protocolo

Qualquer alteração ou adaptação ao presente protocolo carece de prévio acordo de ambas as partes, a prestar por escrito.

#### Cláusula 7.ª

##### Produção de Efeitos

O presente protocolo produz efeitos a partir do início do ano letivo até ao último dia do ano letivo 2020-2021.

Ponte da Barca, de agosto de 2020

O Presidente da Câmara Municipal,

Augusto Manuel dos Reis Marinho

O Diretor do Agrupamento de Escolas

Carlos Alberto Martins de Sousa Louro

#### PROPOSTA

Considerando que:

O Município de Ponte da Barca tem como objeto, além do mais, a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações;

O n.º 2, do art.º 23, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, determina que os municípios dispõem de atribuições, designadamente, nos domínios da Educação, Ensino e Formação Profissional;

Num contexto de escassez de recursos, importa rentabilizar os meios disponíveis, num quadro de corresponsabilização, cooperação, solidariedade, mas sobretudo tendo em atenção a necessidade de encontrar respostas eficazes para os problemas e dificuldades com que todos os dias as autarquias locais são confrontadas;

Assim, ao longo dos últimos anos o Município de Ponte da Barca tem celebrado parcerias com entidades capazes de fornecer refeições às crianças do ensino Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico.

Nestes termos proponho a celebração de um protocolo, à luz do plasmado na alínea hh), do n.º 1, do art.º 33, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com o Centro Social de Entre Ambos-os-Rios, por forma a garantir o fornecimento de refeições durante o ano letivo 2020-2021, bem como assegurar a confeção das refeições, organização e limpeza da cozinha e refeitório, cuja minuta segue em anexo à presente proposta.

Câmara Municipal de Ponte da Barca, 07 de setembro de 2020

O Presidente da Câmara Municipal,  
Augusto Manuel dos Reis Marinho

#### MINUTA

### PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA E O CENTRO SOCIAL DE ENTRE AMBOS-OS-RIOS – FORNECIMENTO REFEIÇÕES ESCOLARES- 2020-2021

#### Preâmbulo

Considerando que:

O “Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º ciclo do Ensino Básico”, o qual foi aprovado por Despacho n.º 18987/2009, publicado no Diário da República n.º 158 - II Série, de 17 de Outubro de 2009, visa garantir uma refeição equilibrada a todas as crianças que frequentam o 1º ciclo.;

Pelo mesmo Despacho foi igualmente aprovado o regulamento que define o regime de acesso ao apoio financeiro, a conceder pelo Ministério da Educação, no âmbito do programa de generalização do fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1º ciclo do Ensino Básico;

O Decreto-Lei nº 144/2008, de 28 de Julho, que estabelece o quadro de transferências de atribuições e competências para os municípios, nomeadamente, o Contrato nº 256/2009, celebrado entre a Senhora Ministra da Educação e o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ponte da Barca;

Num contexto de escassez de recursos, importa rentabilizar os meios disponíveis, num quadro de corresponsabilização, cooperação, solidariedade, mas sobretudo tendo em atenção a necessidade de encontrar respostas eficazes para os problemas e dificuldades com eu todos os dias as autarquias locais são confrontadas;

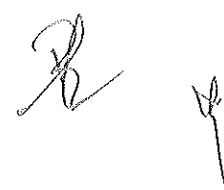
A promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria dos serviços prestados às populações e a otimização e racionalização dos recursos disponíveis no concelho são parte integrante da missão da autarquia;

Sem prescindir,

O Centro Social de Entre Ambos-os-Rios, é uma entidade, sem fins lucrativos, com larga experiência no fornecimento de refeições;

Esta parceria perdura há alguns anos, apresentando no final de cada ano letivo o pleno cumprimento dos protocolos celebrados com o Município;





Pelo exposto e atento o nº 2, do artigo 23º, do anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, onde estão consagrados os domínios das atribuições dos municípios, designadamente em matéria de Educação, e nos termos da alínea hh), do nº 1, do artigo 33º, do anexo à Lei supra citada, a Câmara Municipal de Ponte da Barca e o Centro Social de Entre Ambos-os-Rios outorgam o presente protocolo.

Assim entre:

O Município de Ponte da Barca, com o número de identificação de pessoa coletiva 505 676 770, representada pelo seu presidente Augusto Manuel dos Reis Marinho e o Centro Social de Entre Ambos-Os-Rios, com o cartão de identificação de entidade equiparado a pessoa coletiva número 503 255 084, representado por Inocência Lobo Araújo, na qualidade de Presidente da Direção.

**Cláusula 1.ª**  
**Objeto do Protocolo**

O presente protocolo tem por objeto o estabelecimento dos termos e condições em que as duas partes se comprometem a garantir o fornecimento de refeições escolares, bem como assegurar a confeção das refeições, organização e limpeza da cozinha e refeitório.

**Cláusula 2.ª**  
**Obrigações da Entidade Parceira**

A entidade parceira obriga-se a:

1. Fornecer diariamente e durante todo o ano letivo 2020-2021, refeições a 82 alunos, confeccionadas na cantina da Escola Básica de Entre Ambos-os-Rios;
2. Servir as refeições no horário compreendido entre 12h e as 13h30m;
3. Adquirir os alimentos necessários para a preparação e confeção das refeições;
4. Disponibilizar mão-de-obra especializada para a confeção das refeições;
5. Preparar e confeccionar os alimentos com um adequado controlo higieno-sanitário;
6. Efetuar rigoroso controlo de produtos alimentares na origem;
7. Proceder à elaboração dos planos de ementas diversificadas e com rigoroso controlo nutricional, em perfeita articulação com o Agrupamento de Escolas de Ponte da Barca;
8. Contratar o seguro de responsabilidade civil sobre acidentes alimentares (intoxicações).
9. Efetuar o controlo bacteriológico das refeições, através de análises aos pratos confeccionados.

10. Informar mensalmente o Município sobre o número total de refeições servidas.

**Cláusula 3.ª**  
**Obrigações do Município**

O Município de Ponte da Barca obriga-se a:

1. Exercer um controlo direto da gestão do fornecimento das refeições;
2. Acompanhar localmente o funcionamento do serviço de fornecimento das refeições escolares;
3. Fiscalizar o cumprimento das normas do presente protocolo.

**Cláusula 4.ª**  
**Financiamento**

1. O Centro Social de Entre Ambos-Os-Rios compromete-se a fornecer as refeições pelo valor unitário de 1,68€ (um euro e sessenta e oito cêntimos).
2. O Município de Ponte da Barca transferirá, mensalmente, mediante envio de mapas por parte da entidade parceira, o valor correspondente ao diferencial do custo da refeição e da comparticipação dos alunos de acordo com o escalão de subsídio atribuído em termos de Ação Social Escolar. Assim:

Escalão 1----- 1,68€/refeição

Escalão 2----- 0,95€/refeição

Escalão 3----- 0,22€/refeição

3. O valor correspondente à comparticipação dos alunos será entregue, mensalmente, no Centro Social de Entre Ambos-os-Rios por um elemento, a designar pelo Agrupamento de Escolas de Ponte da Barca, da escola referida na cláusula 1ª.
4. O Município de Ponte da Barca transferirá, ainda, mensalmente, de acordo com o número de alunos matriculados na Escola Básica de Entre Ambos-os-Rios, o valor de 1,32€ (um euro e trinta e dois cêntimos) com vista a fazer face às despesas inerentes à confeção das refeições, bem como a organização e limpeza da cozinha e refeitório.

**Cláusula 5.ª**  
**Incumprimento e rescisão do protocolo**

A falta de cumprimento do presente protocolo constitui justa causa de rescisão para qualquer uma das partes.

#### Cláusula 6.ª

##### Revisão do Protocolo

Qualquer alteração ou adaptação ao presente protocolo carece de prévio acordo de ambas as partes, a prestar por escrito.

#### Cláusula 7.ª

##### Produção de Efeitos

O presente protocolo produz efeitos a partir da data da sua assinatura até ao último dia do ano letivo 2020-2021.

Ponte da Barca, 07 de setembro de 2020

O Presidente da Câmara Municipal,

Augusto Manuel dos Reis Marinho

O Presidente da Direção

Inocêncio Lobo de Araújo

#### PROPOSTA

Considerando que:

O Município de Ponte da Barca tem como objeto, além do mais, a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações;

O n.º 2, do art.º 23, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, determina que os municípios dispõem de atribuições, designadamente, nos domínios da Educação, Ensino e Formação Profissional;

Num contexto de escassez de recursos, importa rentabilizar os meios disponíveis, num quadro de corresponsabilização, cooperação, solidariedade, mas sobretudo tendo em atenção a necessidade de encontrar respostas eficazes para os problemas e dificuldades com que todos os dias as autarquias locais são confrontadas;

Assim, ao longo dos últimos anos o Município de Ponte da Barca tem celebrado parcerias com entidades capazes de fornecer refeições às crianças do ensino Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico.

Nestes termos proponho a celebração de um protocolo, à luz do plasmado na alínea hh), do n.º 1, do art.º 33, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com o Centro Social de Entre Ambos-os-Rios, por forma a garantir a formalização de uma parceria para o fornecimento de refeições durante o ano letivo 2020-2021, cuja minuta segue em anexo à presente proposta.

Câmara Municipal de Ponte da Barca, 07 de setembro de 2020

O Presidente da Câmara Municipal,

Augusto Manuel dos Reis Marinho

PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ALUNOS DO 1.º CICLO DO  
ENSINO BÁSICO  
MINUTA

PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA E O CENTRO SOCIAL DE ENTRE AMBOS-OS-RIOS- 2020-  
2021

Preâmbulo

Considerando que:

O “Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º ciclo do Ensino Básico”, o qual foi aprovado por Despacho n.º 18987/2009, publicado no Diário da República n.º 158 - II Série, de 17 de Outubro de 2009, visa garantir uma refeição equilibrada a todas as crianças que frequentam o 1º ciclo.;

Pelo mesmo Despacho foi igualmente aprovado o regulamento que define o regime de acesso ao apoio financeiro, a conceder pelo Ministério da Educação, no âmbito do programa de generalização do fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1º ciclo do Ensino Básico;

O Decreto-Lei nº 144/2008, de 28 de Julho, que estabelece o quadro de transferências de atribuições e competências para os municípios, nomeadamente, o Contrato nº 256/2009, celebrado entre a Senhora Ministra da Educação e o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ponte da Barca;

Num contexto de escassez de recursos, importa rentabilizar os meios disponíveis, num quadro de corresponsabilização, cooperação, solidariedade, mas sobretudo tendo em atenção a necessidade de encontrar respostas eficazes para os problemas e dificuldades com os quais todos os dias as autarquias locais são confrontadas;

A promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria dos serviços prestados às populações e a otimização e racionalização dos recursos disponíveis no concelho são parte integrante da missão da autarquia;

Sem prescindir,

O Centro Social de Entre Ambos-os-Rios, é uma entidade, sem fins lucrativos, com larga experiência no fornecimento de refeições;

Esta parceria perdura há alguns anos, apresentando no final de cada ano letivo o pleno cumprimento dos protocolos celebrados com o Município;

Pelo exposto e atento o nº 2, do artigo 23º, do anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, onde estão consagrados os domínios das atribuições dos municípios, designadamente em matéria de Educação, e nos termos da alínea hh), do nº 1, do artigo 33º, do anexo à Lei supra citada, a Câmara Municipal de Ponte da Barca e o Centro Social de Entre Ambos-os-Rios outorgam o presente protocolo, que se rege pelo disposto no Regulamento de acesso ao financiamento do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, e ainda pelas cláusulas seguintes:

Assim entre:

O Município de Ponte da Barca, com o número de identificação de pessoa coletiva 505 676 770, representada pelo seu presidente Augusto Manuel dos Reis Marinho e o Centro Social de Entre Ambos-os-Rios, com o cartão de identificação de entidade equiparado a pessoa coletiva número 503 255 084, representado por Inocêncio Lobo Araújo, na qualidade de Presidente da Direção.

#### Cláusula 1.ª

##### Objeto do Protocolo

O presente protocolo tem por objeto o estabelecimento dos termos e condições em que as duas partes se comprometem a garantir o fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, da Escola Básica de Entre Ambos-os-Rios.

#### Cláusula 2.ª

##### Obrigações da Entidade Parceira

A entidade parceira obriga-se a:

1. Fornecer diariamente e durante todo o ano letivo 2020-2021, refeições a 48 alunos, confeccionadas na cantina da Escola Básica de Entre Ambos-os-Rios;
2. Servir as refeições no horário compreendido entre 12h e as 13h30m;
3. Utilizar os equipamentos e meios adequados para a confeção e transporte das refeições;
4. Cumprir requisitos de qualidade das refeições a fornecer;
5. Informar mensalmente o Município sobre o número total de refeições servidas.



### Cláusula 3.ª

#### Obrigações do Município

O Município de Ponte da Barca obriga-se a:

1. Exercer um controlo direto da gestão do fornecimento das refeições;
2. Acompanhar localmente o funcionamento do serviço de fornecimento das refeições escolares;
3. Fiscalizar o cumprimento das normas do presente protocolo.

### Cláusula 4.ª

#### Financiamento

1. O Centro Social de Entre Ambos-os-Rios compromete-se a cobrar 1,68€ por cada refeição servida.
2. O Município de Ponte da Barca compromete-se a efetuar o pagamento das refeições ao segundo outorgante, através de transferência de verbas mediante envio de mapas mensais contendo o número de refeições servidas.

### Cláusula 5.ª

#### Incumprimento e rescisão do protocolo

A falta de cumprimento do presente protocolo constitui justa causa de rescisão para qualquer uma das partes.

### Cláusula 6.ª

#### Revisão do Protocolo

Qualquer alteração ou adaptação ao presente protocolo carece de prévio acordo de ambas as partes, a prestar por escrito.

### Cláusula 7.ª

#### Produção de Efeitos

O presente protocolo produz efeitos a partir do início do ano letivo até ao último dia do ano letivo 2020-2021.

Ponte da Barca, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020

O Presidente da Câmara Municipal,

Augusto Manuel dos Reis Marinho

O Presidente da Direção

Inocência Lobo de Araújo"

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente da Câmara, datado de 10/09/2020. Por impedimento, não participaram na votação os senhores Vereadores Inocência Araújo e



Adolfo Ferreira.-----

## 12.2. - ALTERAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO DE LOTES NO LOTEAMENTO DO RODO I

- Presente informação interna, registada sob o nº 4054, em 02/09/2020, que se transcreve: "Por forma a se proceder à atribuição de lotes no loteamento empresarial do Rodo I, verifica-se a necessidade de alterar a comissão para avaliação e elaboração de pareceres técnicos com vista a atribuição dos lotes disponíveis constituída através de despacho de 12 de novembro de 2018, devido à saída de técnicos elementos da estrutura da Câmara Municipal que compunham a referida comissão. Segue em anexo proposta para constituição de nova comissão.

### Proposta

Considerando que:

Nos termos do artigo 23º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, nomeadamente a promoção do desenvolvimento do concelho;

A Câmara Municipal, além do mais, tem por objetivos ajudar à consolidação de projetos empresariais que propiciem o reforço e a manutenção dos postos de trabalho existentes, bem como criar condições para novos postos de trabalho com carácter estável e permanente;

A Gestão Urbanística da área integrada do Loteamento do Parque Empresarial do Rodo é da responsabilidade da Câmara Municipal que tem a obrigação de implementar e fazer implementar os documentos de planeamento e gestão em vigor;

O Regulamento de Venda do Direito de Propriedade dos Lotes do Loteamento do Parque Empresarial do Rodo – Vila Nova de Muía – Ponte da Barca é omissivo quanto à definição de critérios detalhados de avaliação e de análise para a atribuição fundamentada de Lotes.

Considerando ainda que:

Encontram-se a aguardar decisão várias pretensões para aquisição de direito de propriedade de lotes no



Parque Empresarial do Rodo, as quais verificam, genericamente, os requisitos estabelecidos no Regulamento de Venda do Direito de Propriedade neste Parque Empresarial;

O número de lotes atualmente disponíveis (4) não permite contemplar todas as pretensões;

É do interesse público que o investimento concretizado no referido Parque Empresarial seja maximizado, nomeadamente atribuindo-se os lotes em função da mais-valia sócio-económica das propostas e da sua pertinência no quadro da estratégia de planeamento delineada para o território concelhio.

Pelo exposto, para a elaboração de pareceres técnicos, devidamente fundamentados, para os efeitos previstos no artigo 3º do Regulamento de Venda do Direito de Propriedade dos Lotes do Loteamento do Parque Empresarial do Rodo – Vila Nova de Muía – Ponte da Barca, e ao abrigo do disposto na alínea a), do nº 2, do artº 35º, da Lei nº 75/2013, de 13 de Setembro, designo os seguintes recursos humanos afetos aos serviços municipais:

- João Ivo Silva da Costa
- Pedro Filipe Antunes da Rocha
- José Manuel Maia Fernandes
- Cláudia Gabriela Marques Carneiro Torres
- Alexandra Falcão de Araújo

Suplentes:

- Carlos Venceslau Oliveira Gomes
- Marta Alexandra da Rocha Pereira Gonçalves

Ponte da Barca, 31 de agosto de 2020

O Presidente da Câmara Municipal,

Augusto Manuel dos Reis Marinho”

----- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar a presente proposta. Absteve-se o senhor Vereador do PS, Pedro Sousa Lobo, bem como a senhora Vereadora do PSD, Maria José Gonçalves.-----





### 12.3.- ALOCAÇÃO DE VERBAS NO ÂMBITO DO PROGRAMA PROTRANSP

- Proposta-

- Contrato Interadministrativo - Aprovação de Minuta

- No seguimento da informação interna, registada sob o nº 4307, em 21/09/2020, pelo Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara foi presente a proposta que se transcreve:

“Considerando:

Que o XXII Governo Constitucional reconheceu as alterações climáticas como um dos desafios estratégicos da sua ação governativa, assumindo o compromisso de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) no setor dos transportes em 40 % até 2030, em alinhamento com a trajetória de neutralidade adotada no Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho;

Que em 2019, o Governo lançou o Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos (PART);

Que para dar continuidade a estas políticas, o Governo considera relevante e fundamental dotar as Autoridades de Transporte de uma maior capacidade de investimento que lhes permita aumentar a oferta de transporte, melhorar a qualidade de serviço e acompanhar os aumentos de procura esperados;

O enquadramento que a Lei n.º 2/2020, de 31 de março, que aprova o Orçamento do Estado para 2020, prevê o financiamento do Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público (PROTransP), que tem por objetivo promover:

a. o reforço dos atuais serviços;

b. a implementação de novos serviços de transporte público, regular e flexível, que resultem em ganhos em termos da acessibilidade dos territórios e das suas populações aos principais serviços e polos de emprego, e que promovam a transferência dos atuais utilizadores do transporte individual para o transporte coletivo de passageiros.

Que neste âmbito foi publicado o Despacho n.º 5545-B/2020, que estabelece as regras aplicáveis ao Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público (PROTransP).

Que este programa destina-se, assim, ao desenvolvimento de ações que promovam o reforço e a densificação da oferta de transporte público coletivo em zonas onde a penetração deste modo de transporte é mais reduzida e onde o potencial de ganhos de procura ao automóvel é superior, contribuindo assim para a promoção do



transporte público coletivo, indução de padrões de mobilidade mais sustentáveis e descarbonização da mobilidade.

A dotação prevista na Lei do Orçamento do Estado para 2020 para a execução do PROTransP é de 15 000 000,00 € (quinze milhões de euros), podendo as verbas não executadas transitar para o ano seguinte;

A distribuição do valor previsto no número anterior pelas CIM tem em consideração o potencial de captação de procura ao automóvel, aferido com base na população que utiliza o automóvel nas deslocações pendulares, de acordo com os dados apurados no Censos de 2011;

A definição e implementação das ações a realizar no âmbito do PROTransP é da competência das respetivas autoridades de transportes de cada CIM, nos termos da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, na sua redação atual, pelo que Compete às CIM proceder à repartição das dotações pelas autoridades de transporte existentes no seu espaço territorial;

Que as verbas do PROTransP só podem ser aplicadas para financiar medidas de apoio à densificação e reforço da oferta que resultem na introdução de novos serviços de transportes públicos regulares ou flexíveis, a funcionar a partir do dia 1 de janeiro de 2020, excetuando-se os seguintes casos:

a. Serviços de transporte público que tenham sido criados no âmbito do Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos (PART) de 2019

b. Serviços de transporte público considerados como serviços essenciais ao abrigo do Despacho do Ministro do Ambiente e da Ação Climática n.º 3547-A/2020, de 22 de março, e que, decorrentes das medidas excecionais de proteção da saúde pública, sejam deficitários do ponto de vista da cobertura dos gastos operacionais pelas receitas da venda de títulos de transporte, nos termos do artigo 4.º da Decreto-Lei n.º 14-C/2020, de 7 de abril.

As medidas consideradas de apoio à densificação e reforço da oferta as ações que envolvam uma ou mais das seguintes tipologias:

- a. Criação de novas linhas de serviços de transporte público;
- b. Aumento da frequência em linhas existentes;
- c. Prolongamento e/ou extensão do percurso de linhas existentes para cobertura de novas zonas;
- d. Criação de serviços de transporte flexível;
- e. Experiências-piloto de novos serviços de transporte coletivo, que visem a promoção de hábitos de

mobilidade mais sustentáveis;

f. Manutenção dos serviços de transporte público considerados como serviços essenciais ao abrigo do Despacho do Ministro do Ambiente e da Ação Climática n.º 3547-A/2020, de 22 de março.

Que as verbas do PROTransP podem ainda ser utilizadas pela CIM para o desenvolvimento de estudos, na aquisição e implementação de sistemas de gestão de transporte flexível e na realização de campanhas de promoção do transporte público, desde que os encargos com estas despesas não ultrapassem 5 % do total das verbas transferidas para cada CIM.

Entre

Primeiro Outorgante - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO Alto Minho, doravante designada por Primeira Outorgante, pessoa coletiva n.º 508754496, com sede na Rua Bernardo Abrunhosa, n.º 105 em Viana do Castelo, neste ato representada por José Maria da Cunha Costa, com o CC/BI n.º 07509686 ZZY6, na qualidade de Presidente do Conselho Intermunicipal,

e,

Segundo Outorgante - Município de Ponte da Barca, pessoa coletiva n.º 505676770, com sede na Praça Dr. António Lacerda 4980-620 Ponte da Barca, neste ato representada pelo Presidente da Câmara Municipal Augusto Manuel dos Reis Marinho, adiante designada como Segundo Outorgante,

É acordado e reciprocamente aceite o presente contrato de atribuição de verbas no âmbito do PROTransP, que se rege pelas cláusulas seguintes:

#### Cláusula 1.ª – Natureza e Objeto

O presente Contrato tem a natureza de contrato interadministrativo tendo como objeto a atribuição de verbas no âmbito do PROTransP ao Segundo Outorgante, resultante da distribuição deliberada na CIM de acordo com o critério da oferta em lugares.km produzidos.

#### Cláusula 2.ª – Medidas Adoptadas no âmbito do PROTransP

1 – O Segundo outorgante no âmbito do PROTransP, deliberou e submeteu ao Fundo Ambiental as seguintes medidas:

a. Criação de novos serviços de transporte (a definir) inseridos na tipologia a) Criação de novas linhas de serviços de transporte público

b. Reforço de horários em linhas existentes, mediante as necessidades que se venham a verificar, inserido na

tipologia b) Aumento da frequência em linhas existentes

c. Reativação das carreiras garantido os serviços mínimos essenciais inserida na tipologia f) Manutenção dos serviços de transporte público considerados como serviços essenciais ao abrigo do Despacho do Ministro do Ambiente e da Ação Climática n.º 3547-A/2020, de 22 de março

#### Cláusula 3.ª – Valor a Atribuir e Entrega

1 – Tendo presente a distribuição global em reunião do Conselho intermunicipal da CIM do Alto Minho em 2 de junho, ao segundo outorgante cabe o valor de 33.327,73€ (trinta e três mil trezentos e vinte e sete euros e setenta e três cêntimos), que constitui receita do mesmo.

2 – Pelo presente contrato é entregue ao segundo outorgante o valor referido no número anterior.

3 - A entrega do valor referido no n.º 1 será efetuada em tranches em função dos respetivos pagamentos do Organismo financiador (Fundo Ambiental).

4 – A primeira tranche será paga após a receção de cópia do contrato/protocolo celebrado entre o segundo outorgante e o(s) operadore(s) para implementação das medidas previstas nos termos da cláusula 2ª do presente protocolo.

5 – A entrega da última tranche será apenas efetuada após entrega e respetiva validação dos elementos referidos no anexo II.

#### Cláusula 4.ª- Deveres de Informação e cooperação

1 – Cada uma das Partes Outorgantes informa a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afectar a execução do presente contrato, de acordo com o princípio da boa-fé e colaboração institucional.

2 – Cada uma das Partes Outorgantes informa a outra de quaisquer circunstâncias que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.

#### Cláusula 5.ª- Cooperação Institucional

1 – O Segundo outorgante compromete-se a informar o Primeiro do ritmo e modo de execução das medidas referidas na cláusula 2ª, até ao dia 10 de janeiro de 2021, de modo a que este possa elaborar um relatório de execução do Programa.

2 – O Segundo outorgante deverá remeter até à data prevista no número anterior os elementos comprovativos da implementação das medidas (conforme Anexo II) e outros que venham a ser requeridos pelo IMT e/ou Fundo



Ambiental.

#### Cláusula 6.ª- Comunicações

1 – Para efeitos das comunicações a efetuar no âmbito do Contrato, indicam os Outorgantes os seguintes endereços e meios de contacto:

a) CIM Alto Minho – geral@cim-altominho.pt;

b) Município de \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

2 – Em caso de alteração de endereço e/ou meio de contacto, os Outorgantes comprometem-se a comunicar oportunamente a respetiva alteração.

#### Cláusula 7.ª- Cessação do Contrato

O Contrato cessa pelo cumprimento do seu objeto, revogação ou resolução.

\_\_\_\_\_, aos xx de xxxxx de 2020

Em representação da Primeira Outorgante, Comunidade Intermunicipal do Alto Minho,

O Presidente do Conselho Intermunicipal do Alto Minho

Eng.º José Maria da Cunha Costa

Em representação do Segundo Outorgante, Município de Ponte da Barca,

O Presidente da Câmara Municipal

Augusto Manuel dos Reis Marinho

#### Anexo I – Elementos necessários para elaboração do relatório final.

Descrição das medidas de apoio à densificação e reforço da oferta de transporte público implementadas no seu território incluindo, pelo menos, representação gráfica dos percursos dos novos serviços de transporte a implementar, lei de paragens, frequências e horários em vigor e tarifário aplicado;

b) Descrição das ações complementares implementadas com o objetivo de promover a utilização do transporte público como, por exemplo, a implementação de sistemas de gestão de transporte público flexível e campanhas de promoção do transporte público;

c) Verba despendida por cada medida implementada;

d) Indicadores mensais de oferta de transporte realizada em cada um dos novos serviços de transporte implementados: número de circulações realizadas, número de veículos -km realizados, número de lugares -km

oferecidos e número de veículos-hora realizados;

e) Número mensal de passageiros transportados, por tipo de título de transporte disponibilizado, em cada um dos novos serviços de transporte implementados;

f) Vendas e receita mensais, por tipo de título de transporte disponibilizado, em cada um dos novos serviços de transporte implementados;

g) Avaliação do impacto das ações implementadas nos serviços de transporte, nomeadamente em termos do acréscimo de oferta em lugares -km — oferta prevista e oferta realizada — e do acréscimo de volume de passageiros transportados face a um período homólogo anterior.”-----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta, devendo esta ser remetida à Assembleia Municipal, para efeitos do constante na alínea k), do nº 1, do artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.”-----

#### 12.4.- DERRAMA – 2021

##### - Proposta-

- No seguimento da informação interna registada sob o nº 4309, em 21/09/2020, pelo Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara foi presente a proposta que se transcreve: “Considerando que:

Nos termos da alínea c), do artº 14º e o do nº1 do artº18º, da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro, na sua redação atual, que estabelecem o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, podem, os Municípios, deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território;

De acordo com o disposto na alínea d), do nº1, do artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, atualizada, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, autorizar o lançamento de derrama;

Ao abrigo do nº 22, do supra citado artigo 18º, pode a Assembleia Municipal, mediante proposta da Câmara Municipal, e nos termos previstos nos nºs 2 e 3 do artº 16 do mesmo diploma legal, deliberar a criação de isenções ou de taxas reduzidas de derrama, atendendo aos seguintes critérios:



- I. volume de negócios das empresas beneficiárias;
- II. setor de atividade em que as empresas beneficiárias operem no Município;
- III. criação de emprego no Município.

Considerando ainda que:

O nº 24 do referido artigo 18º indica que, até à aprovação do regulamento referido no nº2 do citado artº 16º, a assembleia municipal pode, sob proposta da câmara municipal, deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000 euros;

Em consonância com o previsto na alínea c) do artº 14º e nº3 do artº 18º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, podem os Municípios, quando o volume de negócios de um sujeito passivo resulte em mais de 50% da exploração de recursos naturais ou do tratamento de resíduos, e mediante requerimento fundamentado, solicitar à AT a fixação da fórmula de repartição de derrama prevista nos n.ºs 7 e 9;

O disposto na alínea d), do nº1, do artº 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, consagra que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, autorizar o lançamento de derrama;

No cumprimento dos nº2 e 3 do artigo 16º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, pode ainda a Assembleia Municipal, sob proposta fundamentada da Câmara Municipal, aprovar regulamento contendo os critérios e condições para o reconhecimento de isenções totais ou parciais, objetivas ou subjetivas, relativamente aos impostos e outros tributos próprios, sendo que, os benefícios fiscais referidos devem ter em vista a tutela de interesses públicos relevantes, com particular impacto na economia local ou regional, e a sua formulação ser genérica e obedecer ao princípio da igualdade, não podendo ser concedidos por mais de cinco anos, sendo possível a sua renovação por uma vez com igual limite temporal.

Pelo que antecede, proponho:

- a) Não lançamento de taxa de derrama para sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior inferior a 1.000.000,00 euros;
- b) Lançamento de Imposto Municipal de “Derrama”, de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC);
- c) Que relativamente aos estabelecimentos sediados no concelho, cuja exploração é feita através de recursos naturais, designadamente pelos centros electroprodutores, propõe-se a fixação de uma fórmula de repartição da



derrama, tal como preconizado no nº 7 do artº 18º resultante de uma ponderação dos seguintes fatores:

- 1) Massa salarial, incluindo prestações de serviços para a operação e manutenção das unidades afetas às atividades referidas no nº 3- 30%;
- 2) Margem bruta correspondente à exploração de recursos naturais ou do tratamento de resíduos, nos termos da normalização contabilística- 70%.

Em caso de aprovação, a presente proposta deve ser comunicada por via eletrónica pela câmara municipal à AT até ao dia 31 de dezembro do respetivo período de tributação por parte dos serviços competentes do Estado.

Câmara Municipal de Ponte da Barca, 21 de setembro de 2020

O Presidente da Câmara,

Augusto Manuel dos Reis Marinho”

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta, devendo esta ser remetida à Assembleia Municipal, para efeitos do constante na alínea d), do nº 1, do artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.-----

#### 12.5.- IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI 2021)

##### - Proposta-

- No seguimento da informação interna registada sob o nº 4310, em 21/09/2020, pelo Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara foi presente a proposta que se transcreve: “Considerando que:
  - de acordo com a alínea a) do artigo 14º da Lei n.º 73/2013, De 3 de setembro e o artigo 1º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) – aprovado pelo Decreto – Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, e respetivas alterações – o Imposto Municipal sobre Imóveis incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios rústicos e urbanos situados no território português, constituindo receita do Município onde os mesmos se localizem;
  - Nos termos da alínea c) do n.º 1 e do n.º 5 do artigo 112º do CIMI, os municípios, por deliberação da Assembleia Municipal, definem a taxa aplicável aos prédios urbanos para vigorar no ano seguinte entre os limites de 0,3% e 0,45%;
  - Nos termos do disposto no n.º 8 do art.º 112 do CIMI, os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, podem estabelecer uma majoração de 30% da taxa aplicável a prédios urbanos degradados,





considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens. (tal como previsto no n.º 2 e 3 do art.º 89 do Decreto Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, e respetivas alterações ou conforme o disposto no art.º 55º do Decreto-lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, e respetivas alterações).

- O n.º 1 do art.º 112-A do CIMI prevê que, por deliberação da Assembleia Municipal, pode ser fixada uma redução da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto, nos casos de imóvel destinado a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, em função do número de dependentes que, nos termos previstos do art.º 13 do CIRS compõem o agregado familiar do proprietário, a 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeita o imposto, de 20 euros, de 40 euros e de 70 euros para, respetivamente, 1, 2 ou 3 ou mais dependentes a cargo;

- Nos termos do estatuído no n.º 2 do art.º 16 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e n.º 1 e 2 do art.º 44º-B do Estatuto dos Benefícios Fiscais – aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 108/2008, de 26 de junho, e aditado pelo art.º 10º da lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro e respetivas alterações – os Municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, podem fixar uma redução até 25% da taxa do imposto a vigorar no ano a que o mesmo respeita, a aplicar aos prédios urbanos com eficiência energética;

- Que, tendo em vista o fomento da sustentabilidade ambiental e da eficiência energética do concelho, deveria ser deliberado um benefício nesse sentido.

Considerando ainda que:

- Nos termos dos n.ºs 14 e 16 do art.º 112 do CIMI, as deliberações da Assembleia Municipal referidas nos mesmos devem ser comunicadas à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) até 31 de dezembro, para vigorarem no ano seguinte;

- e que, para efeitos da aplicação da taxa de IMI e, em cumprimento do n.º 3, n.º 15 e n.º 16 do art.º 112 do CIMI, os serviços municipais competentes comunicarão, por transmissão eletrónica de dados, e após aprovação pelos órgãos competentes, as situações constantes da presente proposta, à Autoridade Tributária.

Propõe-se ao órgão executivo, a aprovação da seguinte proposta:

a) fixação de uma taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis de 0,30% para prédios urbanos. Conforme alínea c) do n.º 1 e nos termos do n.º 5 do art.º 112 do CIMI, com todas as alterações legislativas introduzidas;

b) a fixação de uma majoração de 30% da taxa de IMI aplicável a prédios ou parte de prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que tenham sido objeto de intimação para execução de obras de conservação e/ou reabilitação, necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade ou à melhoria do arranjo estético. (tal como previsto no n.º 2 do art.º 89 do Decreto Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, e respetivas alterações ou conforme o disposto no art.º 55º do Decreto-lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, e respetivas alterações).

c) Que se delibere, nos termos do n.º 6 do art.º 112, para os prédios objeto de operações de reabilitação urbana, sitos na zona abrangida pelo Plano de Salvaguarda da Zona Histórica de Ponte da Barca, uma taxa minorada até ao limite previsto na Lei;

d) Que se delibere reduzir a taxa de IMI, atendendo ao número de dependentes em relação ao imóvel destinado a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, tal como preconizado no aditamento introduzido pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março ao artigo 112-A do Código do IMI:

N.º de dependentes a cargo	Valor fixo (em euros)
1	20
2	40
3 ou mais	70

e) A redução de 5%, da taxa aplicável de IMI, nos termos do disposto nos n.º 1 e 2 do art.º 44-B do Estatuto dos Benefícios Fiscais, pelo período de 5 anos (nos termos do n.º 7 do mesmo artigo), aos prédios urbanos com eficiência energética, considerando-se que esta se verifica, nos seguintes casos:

a) Quando tenha sido atribuída ao prédio uma classe energética igual ou superior a A, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 de agosto;

b) Quando, em resultado da execução de obras de construção, reconstrução, alteração, ampliação e conservação de edifícios, a classe energética atribuída ao prédio seja superior, em pelo menos duas classes, face à classe energética anteriormente certificada; ou

c) Quando o prédio aproveite águas residuais tratadas ou águas pluviais, nos termos a definir por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e do ambiente.

Câmara Municipal de Ponte da Barca, 21 de setembro de 2020

O Presidente da Câmara,

Augusto Manuel dos Reis Marinho"

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta, devendo esta ser remetida à Assembleia Municipal para efeitos do constante na alínea d), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.-----

#### 12.6. - PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS

##### - Proposta-

- No seguimento da informação interna registada sob o n.º 4311, em 21/09/2020, pelo Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara foi presente a proposta que se transcreve: "Considerando que:

- de acordo com a alínea g) do artigo 14.º da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, constitui receita dos Municípios o produto da participação nos recursos públicos, determinada nos termos do disposto nos art.º 25.º e seguintes da mesma Lei;

- nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 25 e do n.º 1 do art.º 26, ambos da já referida Lei, os Municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, que é calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do art.º 78 do CIRIS.

Assim, e nos termos dos considerandos atrás referidos, propõe-se que:

- nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar e submeter à Assembleia Municipal a aprovação, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 25 da lei supra e nos termos dos n.ºs 1 e 2 do art.º 26, ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com as respetivas alterações, de uma participação de 0% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal em Ponte da Barca, para vigorar no ano de 2021.

Em caso de aprovação, a presente proposta deve ser comunicada por via eletrónica pela Câmara Municipal à AT até 31 de dezembro de 2020.

Câmara Municipal de Ponte da Barca, 21 de setembro de 2020



O Presidente da Câmara,  
Augusto Manuel dos Reis Marinho"

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta.-----

#### 12.7. - TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM

##### - Proposta-

- No seguimento da informação interna registada sob o nº 4313, em 21/09/2020, pelo Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara foi presente a proposta que se transcreve: "Considerando que o art.º 106.º da Lei nº 5/2004, de 10 de fevereiro, Lei das Comunicações Eletrónicas, em conjugação com o Decreto-Lei nº 123/2009, de 11 de maio, estabelece a existência da Taxa Municipal de Direitos de Passagem, a aprovar pelo Município até ao mês de dezembro, do ano anterior a que se destina a sua vigência;

Considerando que esta taxa constitui receita municipal, nos termos do disposto no artigo 14.º, alínea j) da Lei nº 973/2013, de 3 de setembro que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais;

Considerando que, de acordo com o disposto na alínea b), do n.º1, do art.º 25, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar as taxas do município e fixar o respetivo valor;

Considerando que, nos termos e para os efeitos previstos na alínea ccc), do nº 1 do artº 33.º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal apresentar proposta à Assembleia Municipal sobre matérias da competência desta;

Considerando que esta taxa constitui uma receita pouco expressiva nas contas da Autarquia, representando apenas mais um encargo na fatura de serviços de comunicações eletrónicas das famílias barquenses;

Face ao exposto, ao abrigo das disposições acima identificadas, proponho ao órgão executivo municipal, a não aplicação da Taxa Municipal de Direitos de passagem e submeta a presente proposta à aprovação da Assembleia Municipal.

Câmara Municipal de Ponte da Barca, 21 de setembro de 2020

O Presidente da Câmara,



Augusto Manuel dos Reis Marinho"

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta.-----

12.8.- CONTRATO INTERADMINISTRATIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA E A FREGUESIA DE VADE (S. TOMÉ)

- Proposta-

- Aprovação de Minuta-

- No seguimento de pedido formulado pela Junta de Freguesia de Vade (S. Tomé), registado em GSP, através do PG. 08-76/2020, pelo Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara foi presente a proposta que se transcreve:  
"Considerando que:

A delegação de competências é um instrumento de gestão autárquica, consagrado na Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, no capítulo II, do Título IV do Anexo I, que estabelece o regime jurídico da delegação de competências dos órgãos do Município nos órgãos das Freguesias;

A delegação de competências concretiza-se através de contratos interadministrativos, nos termos do disposto no nº1 do artigo 120º da mencionada lei;

Os eleitos das Freguesias, dada a sua proximidade às populações e a sua ligação às comunidades, têm uma capacidade acrescida para resolução de alguns problemas e necessidades locais.

A dimensão do território e a distância a que estão situados alguns equipamentos ou serviços é também fator que potencia a delegação de competências nas Juntas de Freguesia, contribuindo desse modo para uma gestão mais eficaz e eficiente dos serviços prestados à população;

A delegação de competências deve ser acompanhada dos meios necessários ao seu adequado exercício, de modo a promover a coesão territorial, o reforço da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis;

Considerando ainda os princípios gerais subjacentes à negociação, celebração, execução e cessação dos contratos, previstos no artigo 121º do citado regime jurídico.

Considerando ainda que:

Uma administração local moderna assenta a sua ação numa efetiva articulação entre todos os órgãos das



autarquias locais, em respeito pela autonomia de cada um, mas colaborando ativamente entre si no sentido da melhoria dos serviços prestados às populações;

Num contexto de escassez de recursos, importa rentabilizar os meios disponíveis, num quadro de corresponsabilização, cooperação, solidariedade, mas sobretudo tendo em atenção a necessidade de encontrar respostas eficazes para os problemas e dificuldades com que todos os dias as autarquias locais são confrontadas;

As atribuições dos municípios podem ser prosseguidas pelas freguesias desde que os órgãos municipais deleguem competências nos seus órgãos em domínios dos interesses próprios das populações destas, nomeadamente no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais, nos termos dos artigos 117º, nº 2 e 131º, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

A alínea l) do nº 1 do artigo 33º, deste diploma legal, impõe à Câmara Municipal de Ponte da Barca a obrigação de discutir e preparar com as Juntas de Freguesia do concelho contratos de delegação de competências.

Assim, proponho que se celebre com a Freguesia de Vade São Tomé o contrato interadministrativo, cuja minuta se transcreve infra, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120º conjugado com artigo 131º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.

O Presidente da Câmara,

(Dr. Augusto Manuel dos Reis Marinho)

#### CONTRATO INTERADMINISTRATIVO

O Município de Ponte da Barca, com o NIPC 505 676 770, com sede na Praça Dr. António Lacerda, Ponte da Barca, representada pelo Exmº Senhor Presidente da Câmara Municipal, Augusto Manuel dos Reis Marinho, no uso das competências previstas nas alíneas a) e c) do nº 1 e na alínea f) do nº 2 do artigo 35º, como Primeiro Outorgante;

E


A Freguesia de Vade São Tomé, com o NIPC 507 780 426, representada pelo seu Presidente, no uso das competências previstas nas alíneas a) e g) do nº 1 do artigo 18º da Lei nº 75/201, como Segunda Outorgante;

Celebram o presente contrato interadministrativo que se irá reger pelas cláusulas seguintes:

#### Cláusula 1ª

##### Objeto do contrato

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências da Câmara Municipal de Ponte da Barca na Freguesia de Vade São Tomé, em matéria de Beneficiação e Conservação da Viação Rural.



#### Cláusula 2ª

##### Disposições e cláusulas por que se rege o contrato

1. Na execução do presente contrato de delegação de competências observar-se-ão:

a) As cláusulas deste contrato;

b) A Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e regime jurídico nela aprovado.

2. Subsidiariamente, aplicam-se ainda:

a) O Código dos Contratos Públicos;

b) O Código do Procedimento Administrativo.

#### Cláusula 3ª

##### Prazo do contrato

O período de vigência do contrato de delegação de competências coincide com a duração do mandato da Assembleia Municipal de Ponte da Barca, sem prejuízo do disposto na cláusula 7ª.

#### Cláusula 4ª

##### Âmbito do Contrato

O Presente contrato tem por objeto a realização de obras, designadamente a construção de muro de suporte ao caminho municipal, sito, na Travessa do Coto e pavimentação do caminho municipal na rua de Pousada.

#### Cláusula 5ª

##### Verba a Transferir

Para financiar o exercício das competências descritas nas cláusulas precedentes, a Câmara Municipal transferirá para a Freguesia de Vade São Tomé a quantia de € 21.359,00 (vinte e um mil trezentos e cinquenta e nove euros), compromissado com o nº 1916/2020 datado de 23/09/2020.

#### Cláusula 6ª

##### Execução e Avaliação do Contrato

A execução e avaliação do presente contrato serão feitas, a todo o tempo e de forma contínua, pelos serviços da Primeiro Outorgante que, para o efeito, poderão realizar reuniões conjuntas e periódicas com a Segunda Outorgante, podendo solicitar todas as informações que considerarem pertinentes.

#### Cláusula 7ª

##### Cessaçao do Contrato

*R*  
*H*

1. As partes podem resolver o presente contrato por incumprimento da contraparte ou por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.

2. As partes podem revogar o presente contrato por mútuo acordo.

Cláusula 8ª

Entrada em vigor

O presente contrato entra em vigor no dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2020.

Parágrafo único:

A minuta deste contrato interadministrativo foi presente à reunião da Câmara Municipal de Ponte da Barca em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2020 e, em conformidade com o disposto na alínea *m)* do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, submetida à sessão da Assembleia Municipal de Ponte da Barca, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2020, para efeitos de autorização, no termos da alínea *k)* do nº1 do artigo 25º da mesma Lei, e presente à reunião da Freguesia de Vade São Tomé em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2020, em conformidade com o disposto na alínea *i)* e *j)* do nº 1 do artigo 16ª da referida Lei, e submetido à sessão da Assembleia da Freguesia de Vade São Tomé em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2020, para efeitos de autorização nos termos da alínea *g)* do nº 1 do artigo 9º, do mesmo diploma.

O Presidente da Câmara,

(Dr. Augusto Manuel dos Reis Marinho )

O Presidente da Junta de Freguesia

(Victor Manuel Rodrigues Gonçalves)”

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta.-----

12.9. - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA E A FREGUESIA DE BRITELO

- Proposta-

- Aprovação de Minuta-

- No seguimento de pedido formulado pela Junta de Freguesia de Britelo, registado em GSP, através do PG. 08-80/2020, pelo Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara foi presente a proposta que se transcreve:

“Considerando que:





A delegação de competências é um instrumento de gestão autárquica, consagrado na Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, no capítulo II, do Título IV do Anexo I, que estabelece o regime jurídico da delegação de competências dos órgãos do Município nos órgãos das Freguesias;

A delegação de competências concretiza-se através de contratos interadministrativos, nos termos do disposto no nº1 do artigo 120º da mencionada lei;

Os eleitos das Freguesias, dada a sua proximidade às populações e a sua ligação às comunidades, têm uma capacidade acrescida para resolução de alguns problemas e necessidades locais.

A dimensão do território e a distância a que estão situados alguns equipamentos ou serviços é também fator que potencia a delegação de competências nas Juntas de Freguesia, contribuindo desse modo para uma gestão mais eficaz e eficiente dos serviços prestados à população;

A delegação de competências deve ser acompanhada dos meios necessários ao seu adequado exercício, de modo a promover a coesão territorial, o reforço da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis;

Considerando ainda os princípios gerais subjacentes à negociação, celebração, execução e cessação dos contratos, previstos no artigo 121º do citado regime jurídico.

Considerando ainda que:

Uma administração local moderna assenta a sua ação numa efetiva articulação entre todos os órgãos das autarquias locais, em respeito pela autonomia de cada um, mas colaborando ativamente entre si no sentido da melhoria dos serviços prestados às populações;

Num contexto de escassez de recursos, importa rentabilizar os meios disponíveis, num quadro de corresponsabilização, cooperação, solidariedade, mas sobretudo tendo em atenção a necessidade de encontrar respostas eficazes para os problemas e dificuldades com que todos os dias as autarquias locais são confrontadas;

As atribuições dos municípios podem ser prosseguidas pelas freguesias desde que os órgãos municipais deleguem competências nos seus órgãos em domínios dos interesses próprios das populações destas, nomeadamente no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais, nos termos dos artigos 117º, nº 2 e 131º, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro;

A alínea l) do nº 1 do artigo 33º, deste diploma legal, impõe à Câmara Municipal de Ponte da Barca a obrigação de discutir e preparar com as Juntas de Freguesia do concelho contratos de delegação de competências.



Assim, proponho que se celebre com a Freguesia de Britelo o contrato interadministrativo, cuja minuta se transcreve infra, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120º conjugado com artigo 131º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.

O Presidente da Câmara,

(Dr. Augusto Manuel dos Reis Marinho )

#### CONTRATO INTERADMINISTRATIVO

O Município de Ponte da Barca, com o NIPC 505 676 770, com sede na Praça Dr. António Lacerda, Ponte da Barca, representada pelo Exmº Senhor Presidente da Câmara Municipal, Augusto Manuel dos Reis Marinho, no uso das competências previstas nas alíneas *a)* e *c)* do nº 1 e na alínea *f)* do nº 2 do artigo 35º, como Primeiro Outorgante;

E

A Freguesia de Britelo, com o NIPC 507 715 039, representada pelo seu Presidente, no uso das competências previstas nas alíneas *a)* e *g)* do nº 1 do artigo 18º da Lei nº 75/201, como Segunda Outorgante;

Celebram o presente contrato interadministrativo que se irá reger pelas cláusulas seguintes:

#### Cláusula 1ª

##### Objeto do contrato

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências da Câmara Municipal de Ponte da Barca na Freguesia de Britelo, em matéria de Beneficiação e Conservação da Viação Rural.

#### Cláusula 2ª

##### Disposições e cláusulas por que se rege o contrato

1. Na execução do presente contrato de delegação de competências observar-se-ão:

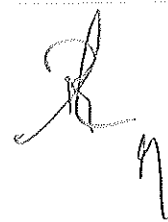
*a)* As cláusulas deste contrato;

*b)* A Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e regime jurídico nela aprovado.

2. Subsidiariamente, aplicam-se ainda:

*a)* O Código dos Contratos Públicos;

*b)* O Código do Procedimento Administrativo.



### Cláusula 3ª

#### Prazo do contrato

O período de vigência do contrato de delegação de competências coincide com a duração do mandato da Assembleia Municipal de Ponte da Barca, sem prejuízo do disposto na cláusula 7ª.

### Cláusula 4ª

#### Âmbito do Contrato

O Presente contrato tem por objeto a realização de obras de requalificação do largo de Mosteirô, caminho de Cabaninhas, rua da Pereira, Rua Lomba das Cabanas, rua do Pinheiral, rua do Veado, rua de Carráz, rua do Trugaile, rua do Adjunto, rua das Vinhas, rua Côto dos Poulos e do Largo Jardim dos Paços.

### Cláusula 5ª

#### Verba a Transferir

Para financiar o exercício das competências descritas nas cláusulas precedentes, a Câmara Municipal transferirá para a Freguesia de Britelo a quantia de € 89.665,40 (oitenta e nove mil seiscentos e sessenta e cinco euros e quarenta cêntimos), compromissado com o nº 1917/2020 datado de 23/09/2020.

### Cláusula 6ª

#### Execução e Avaliação do Contrato

A execução e avaliação do presente contrato serão feitas, a todo o tempo e de forma contínua, pelos serviços da Primeiro Outorgante que, para o efeito, poderão realizar reuniões conjuntas e periódicas com a Segunda Outorgante, podendo solicitar todas as informações que considerarem pertinentes.

### Cláusula 7ª

#### Cessação do Contrato

1. As partes podem resolver o presente contrato por incumprimento da contraparte ou por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.
2. As partes podem revogar o presente contrato por mútuo acordo.

### Cláusula 8ª

#### Entrada em vigor

O presente contrato entra em vigor no dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2020.

**Parágrafo único:**

A minuta deste contrato interadministrativo foi presente à reunião da Câmara Municipal de Ponte da Barca em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2020 e, em conformidade com o disposto na alínea *m)* do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, submetida à sessão da Assembleia Municipal de Ponte da Barca, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2020, para efeitos de autorização, no termos da alínea *k)* do nº1 do artigo 25º da mesma Lei, e presente à reunião da Freguesia de Britelo em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2020, em conformidade com o disposto na alínea *i)* e *j)* do nº 1 do artigo 16º da referida Lei, e submetido à sessão da Assembleia da Freguesia de Britelo em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2020, para efeitos de autorização nos termos da alínea *g)* do nº 1 do artigo 9º, do mesmo diploma.

O Presidente da Câmara,

(Dr. Augusto Manuel dos Reis Marinho )

O Presidente da Junta de Freguesia

(Estevão de Jesus Alves Rodrigues)”

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta.-----

**12.10. - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA E A FREGUESIA DE LINDOSO**

- Proposta-

- Aprovação de Minuta-

- No seguimento de pedido formulado pela Junta de Freguesia de Lindoso, registado em GSP, através do PG. 08-91/2020, pelo Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara foi presente a proposta que se transcreve:

“Considerando que:

A delegação de competências é um instrumento de gestão autárquica, consagrado na Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, no capítulo II, do Título IV do Anexo I, que estabelece o regime jurídico da delegação de competências dos órgãos do Município nos órgãos das Freguesias;

A delegação de competências concretiza-se através de contratos interadministrativos, nos termos do disposto no nº1 do artigo 120º da mencionada lei;

Os eleitos das Freguesias, dada a sua proximidade às populações e a sua ligação às comunidades, têm uma



capacidade acrescida para resolução de alguns problemas e necessidades locais.

A dimensão do território e a distância a que estão situados alguns equipamentos ou serviços é também fator que potencia a delegação de competências nas Juntas de Freguesia, contribuindo desse modo para uma gestão mais eficaz e eficiente dos serviços prestados à população;

A delegação de competências deve ser acompanhada dos meios necessários ao seu adequado exercício, de modo a promover a coesão territorial, o reforço da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis;

Considerando ainda os princípios gerais subjacentes à negociação, celebração, execução e cessação dos contratos, previstos no artigo 121º do citado regime jurídico.

Considerando ainda que:

Uma administração local moderna assenta a sua ação numa efetiva articulação entre todos os órgãos das autarquias locais, em respeito pela autonomia de cada um, mas colaborando ativamente entre si no sentido da melhoria dos serviços prestados às populações;

Num contexto de escassez de recursos, importa rentabilizar os meios disponíveis, num quadro de corresponsabilização, cooperação, solidariedade, mas sobretudo tendo em atenção a necessidade de encontrar respostas eficazes para os problemas e dificuldades com que todos os dias as autarquias locais são confrontadas;

As atribuições dos municípios podem ser prosseguidas pelas freguesias desde que os órgãos municipais deleguem competências nos seus órgãos em domínios dos interesses próprios das populações destas, nomeadamente no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais, nos termos dos artigos 117º, nº 2 e 131º, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro;

A alínea I) do nº 1 do artigo 33º, deste diploma legal, impõe à Câmara Municipal de Ponte da Barca a obrigação de discutir e preparar com as Juntas de Freguesia do concelho contratos de delegação de competências.

Assim, proponho que se celebre com a Freguesia de Lindoso o contrato interadministrativo, cuja minuta se transcreve infra, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120º conjugado com artigo 131º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.

O Presidente da Câmara,

(Dr. Augusto Manuel dos Reis Marinho )

### CONTRATO INTERADMINISTRATIVO

O Município de Ponte da Barca, com o NIPC 505 676 770, com sede na Praça Dr. António Lacerda, Ponte da Barca, representada pelo Exmº Senhor Presidente da Câmara Municipal, Augusto Manuel dos Reis Marinho, no uso das competências previstas nas alíneas *a)* e *c)* do nº 1 e na alínea *f)* do nº 2 do artigo 35º, como Primeiro Outorgante;

E

A Freguesia de Lindoso, com o NIPC 507646843, representada pelo seu Presidente, no uso das competências previstas nas alíneas *a)* e *g)* do nº 1 do artigo 18º da Lei nº 75/201, como Segunda Outorgante;

Celebram o presente contrato interadministrativo que se irá reger pelas cláusulas seguintes:

#### Cláusula 1ª

##### Objeto do contrato

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências da Câmara Municipal de Ponte da Barca na Freguesia de Lindoso, em matéria de Rede de Saneamento.

#### Cláusula 2ª

##### Disposições e cláusulas por que se rege o contrato

1. Na execução do presente contrato de delegação de competências observar-se-ão:

- a)* As cláusulas deste contrato;
- b)* A Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e regime jurídico nela aprovado.

2. Subsidiariamente, aplicam-se ainda:

- a)* O Código dos Contratos Públicos;
- b)* O Código do Procedimento Administrativo.

#### Cláusula 3ª

##### Prazo do contrato

O período de vigência do contrato de delegação de competências coincide com a duração do mandato da Assembleia Municipal de Ponte da Barca, sem prejuízo do disposto na cláusula 7ª.

#### Cláusula 4ª

##### Âmbito do Contrato

O Presente contrato tem por objeto a realização de rede de saneamento no lugar de Cidadelhe – 1ª Fase.



#### Cláusula 5ª

##### Verba a Transferir

Para financiar o exercício das competências descritas nas cláusulas precedentes, a Câmara Municipal transferirá para a Freguesia de Lindoso a quantia de € 58.841,66 ( cinquenta e oito mil oitocentos e quarenta e um euros e sessenta e seis cêntimos), compromissado com o nº 1915/2020 datado de 23/09/2020.

#### Cláusula 6ª

##### Execução e Avaliação do Contrato

A execução e avaliação do presente contrato serão feitas, a todo o tempo e de forma contínua, pelos serviços da Primeiro Outorgante que, para o efeito, poderão realizar reuniões conjuntas e periódicas com a Segunda Outorgante, podendo solicitar todas as informações que considerarem pertinentes.

#### Cláusula 7ª

##### Cessação do Contrato

1. As partes podem resolver o presente contrato por incumprimento da contraparte ou por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.
2. As partes podem revogar o presente contrato por mútuo acordo.

#### Cláusula 8ª

##### Entrada em vigor

O presente contrato entra em vigor no dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2020.

##### Parágrafo único:

A minuta deste contrato interadministrativo foi presente à reunião da Câmara Municipal de Ponte da Barca em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2020 e, em conformidade com o disposto na alínea *m*) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, submetida à sessão da Assembleia Municipal de Ponte da Barca, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2020, para efeitos de autorização, no termos da alínea *k*) do nº1 do artigo 25º da mesma Lei, e presente à reunião da Freguesia de Lindoso em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2020, em conformidade com o disposto na alínea *i*) e *j*) do nº 1 do artigo 16º da referida Lei, e submetido à sessão da Assembleia da Freguesia de Lindoso em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2020, para efeitos de autorização nos termos da alínea *g*) do nº 1 do artigo 9º, do mesmo diploma.

O Presidente da Câmara,

(Dr. Augusto Manuel dos Reis Marinho )

O Presidente da Junta de Freguesia

(Secundino do Canto Fernandes)''

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta.-----

PONTO Nº: 14 – ENCERRAMENTO

----- Por último, a Câmara Municipal usando a faculdade que lhe confere o nº 3, do artº 57º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a ata desta reunião, em minuta, para produzir efeitos imediatos, sendo assinada pelo Presidente da Câmara e Secretária da presente reunião.-----

- E, nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara, pelas doze horas e vinte e cinco minutos, declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata.-----



Paula Alexandra da Rocha Pereira Gonçalves